

Pano quente segura voto no Congresso

A mais séria — e ainda não resolvida — briga entre o governo e seu parceiro de aliança fez com que o PSDB sentisse na nuca o frio do perigo. É como diz um antigo e experiente chefe de Gabinete Civil de dois governos: maioria quase unânime no Parlamento dá trabalho e custa caro, mas sem apoio no Congresso o governo cai.

De fato, Fernando Collor padeceu menos de Pedro e Eriberto que de falta de apoio no Legislativo. Se não houvesse ali uma brutal disposição para derrubá-lo, não haveria cara-pintada que o movesse do Planalto. Não haveria, aliás, nem mesmo a CPI do PC.

Diante da evidência de que a manutenção da maioria parlamentar é essencial para o governo, foi que se correu a dissipar o principal problema surgido no último mês. Por incrível que pareça, doeu mais ao Planalto a trombada com Luís Eduardo Magalhães e José Sarney do que a crise do grampo no telefone do embaixador Júlio César Gomes dos Santos.

A descoberta de que pessoas da própria *entourage* usava instrumentos de governo para atingir inimigos internos feriu corações, fez muita gente próxima a Fernando Henrique literalmente chorar de mágoa e raiva, doeu na alma do presidente. Mas não ameaçou a governabilidade. Tanto que, no auge da crise, o Congresso aprovou, entre outras coisas, o Fundo Social de Emergência. Os problemas estavam no Planalto e o Congresso preservado em sua autoridade e organização interna.

Quando a crise virou e atingiu de frente os presidentes da Câmara e do Senado — mais ainda Luís Eduardo —, por pouco, mais muito pouco mesmo, não se iniciava no país a construção de um caminho sem volta. O presidente da Câmara dificilmente iria atrapalhar o processo das reformas, até porque concorda com elas e sua execução foi um dos compromissos firmados na aliança eleitoral.

Mas, fora das reformas, ele poderia atrapalhar e muito. Na reeleição, por exemplo. Sarney, ao conceder aumento para os funcionários do Senado, deu uma demonstração do quanto pode.

O líder do PSDB na Câmara, deputado José Aníbal, faz uma constatação evidente, mas que nem sempre está presente nas convicções mais profundas não só de governantes mas também de boa parte da sociedade: "O processo democrático não pode prescindir do Parlamento." Essa frase encerra todas as razões que levaram — e continuam levando — o governo ao esforço da dissipação dos atritos.

Claro que as coisas não estão de todo resolvidas. É como diz o senador Antônio Carlos Magalhães: "Não são 45 minutos de conversa que fazem desaparecer os problemas." O presidente Fernando Henrique cumpre um papel protocolar ao anunciar que não mexe no Ministério, no Planalto, em nada.

Mas ninguém, nem mesmo o PSDB, acredita nisso piamente. Um outro político de larga experiência no poder indica: "Se eu fosse o presidente também não anteciparia as mudanças que estou disposto a fazer." Isso quer dizer o seguinte: entre os aliados, não há a menor dúvida de que haverá reforma do Ministério, articulador político e tudo o que for necessário para melhorar a operação política do governo.

Apenas Fernando Henrique fará isso sem açodamento e preservando sempre sua autoridade de modo a não ser pautado por desejos e pressões externas.

Os pefelistas, principalmente os baianos, são tranquilizados quanto a isso sistematicamente pelo ministro Sérgio Motta, que, calado na crise, está mais próximo do que nunca de Antônio Carlos e Luís Eduardo Magalhães. "*Serjão* tem sido muito atencioso", assegura Luís Eduardo seguindo a mesma linha do pai: "Ele está em momento de grande paixão pela Bahia", atesta ACM.

Isso não quer dizer, no entanto, que entre o governo e o PFL os negócios se farão no fio do bigode. Houve abalos sérios de confiança que não foram recuperados. Dificilmente serão, embora gente adulta e profissional saiba que há o momento de gritar e o momento de calar.

Este agora, tanto da visão pefelista quanto na avaliação tucana, é de manutenção da unidade para tocar as reformas constitucionais em frente, de modo a preparar terreno tranquilo às mudanças na operação propriamente dita.

Antes de viajar para a Bahia no final da semana, Luís Eduardo acertou com José Aníbal que será feito um calendário de votações para assegurar a estratégia do vamos em frente que atrás vem gente.

Paraibana

Na Paraíba, até vice é impossível. O governador José Maranhão, que assumiu o cargo com a morte de Antônio Mariz, criou um sururu de respeito na última reunião do BNDES com governadores do Nordeste, na última quarta-feira. A conversa enveredava pelas linhas de crédito que seriam concedidas pelo banco, por conta de um acerto feito previamente com o presidente da Repú-

blica e os ministros da Fazenda e do Planejamento.

O presidente do BNDES, Luís Carlos Mendonça de Barros, deu o contra e disse que não sabia de acerto algum. O governador da Paraíba zangou-se, bateu na mesa, disse meia dúzia de desaforos a Mendonça e bateu em retirada: "O senhor ou está de brincadeira, ou descumpe ordens do presidente. Aqui, não tenho mais o que conversar."